

4º PLANO DE AÇÃO – OGP

MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO DE EXECUÇÃO DO COMPROMISSO 6

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

- 1) **Data:** 21.11.2018
- 2) **Local:** Reunião realizada via Videoconferência (CGU-Brasília e CGU-Belo Horizonte).
- 3) **Participantes:**

Cada um dos participantes se apresentou, informando o nome e o órgão ou organização a qual fazia parte.

- Adenisio Álvaro Oliveira de Souza – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União/CGU
- Letícia Soares Peixoto Aleixo – Clínica de Direitos Humanos (UFMG)
- Magno Gonçalves da Costa – Ministério da Integração
- Maria Francisca Santos Abrita Moro – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União/CGU
- Maria Valdênia Santos de Souza – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União/CGU
- Maria Thereza Ferreira Teixeira – Secretaria de Governo da Presidência da República – SEGOV/PR
- Otavio Moreira de Castro Neves – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União/CGU
- Paula Oliveira Lima – Casa Civil da Presidência da República
- Priscilla Haueisen Dias Ruas – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União/CGU
- Sophia Pires Bastos – Clínica de Direitos Humanos (UFMG)
- Willian Ramos Abdalla Sarayeddin – Fundação Renova

A coordenação do Compromisso recebeu justificativa de ausência de Joana Nabuco (Conectas); Gladston Fogueteiro (CARITAS); e Laura (AEDAS).

- 4) **Pontos relevantes das discussões:**

A reunião foi iniciada com a fala de boas vindas do Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social da CGU, Adenisio Álvaro de Souza, que também é coordenador do **Compromisso 6 (Implementar instrumentos de Transparência e Acesso à Informação e construção de capacidades para ampliar e qualificar a participação e o controle social no processo de reparação) do 4º Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto**. Ele ressaltou a importância da participação de todas as organizações para o cumprimento dos marcos e para a garantia de que sejam efetivados instrumentos e ações de transparência pública na região atingida pelo desastre. Em seguida, Otávio Neves, Diretor

da Diretoria de Transparência e Controle Social da CGU, cumprimentou as pessoas presentes e falou da evolução das ações para enfrentar o desafio de reparação do desastre, destacando o envolvimento dos atores nesse processo. Acrescentou dizendo da necessidade de se avançar na execução do Compromisso, no sentido de potencializar a participação da população.

Na ocasião, a Sra. Maria Thereza informou da possibilidade de extinção da Secretaria de Governo (SEGOV), desta feita, o Grupo de Trabalho deverá se atentar para definições do tema já que há marcos no Compromisso 6 que a execução está sob a responsabilidade deste órgão. Destacou, ainda, que o Ministério Público-MP vem acompanhando o processo de contratação das dezenove organizações de assessoria técnica para as Comissões de Atingidos, e acompanhará também a implementação dos demais pontos do TAC – Governança¹. Nesse sentido, importa que o MP conheça a OGP e os objetivos do Compromisso 6.

Adenisio Alvaro retomou a palavra dizendo que, logo que a organização/estrutura do Governo Federal estiver definida o Grupo retoma a discussão e identifica quem assumirá o desafio de dar andamento às atividades previstas no Compromisso. Nesta reunião, no entanto, haverá uma rodada informativa dos órgãos/organizações presentes para que todos conheçam os esforços já empreendidos até o momento. Os participantes informaram sobre as ações tomadas para o desenvolvimento de marcos do Compromisso e os encaminhamentos necessários, como consta na tabela a seguir:

Marco/ atividade	Responsáveis	Data de início - conclusão	Realizado e/ou a fazer
Levantamento realizado para identificar informações demandadas pelos atingidos e municípios para o portal da transparência	RENOVA SEGOV/CT CPDCS (Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogos e Controle Social)	01/10/2018 – 30/11/2018	As equipes de campo da Renova estão trabalhando para colher informações que correspondem aos aspectos mais demandados para controle social, a saber: Programas, Compras, Financeiro, Mão de Obra, Canais e Ouvidoria (ver anexo). Segundo o representante da Fundação, o Senhor Willian Sarayeddin, trata-se de um levantamento difícil, assim como a organização da informação, visto que a atual gestão é realizada por programa, seguindo a lógica do T-TAC. O objetivo agora, com a perspectiva de construção do Portal, é disponibilizar as informações por municípios, detalhando ações, investimentos, empresas contratadas, atingidos, entre outras. Destacou-se que as informações relativas ao financeiro são as que

¹ Instrumento extrajudicial de solução alternativa de conflitos, que pretende trazer rapidez e celeridade às demandas judiciais propostas no caso dos desastres de Mariana e dos outros 44 municípios afetados pelos rompimentos das barragens.

			<p>poderiam ser disponibilizadas mais rapidamente.</p> <p>O Marco não foi concluído, mas logo que o levantamento estiver com a maior parte das informações reunidas, a RENOVA apresentará ao Grupo para que as organizações possam contribuir.</p>
Portal de Transparência da Renova com linguagem acessível criado, priorizando a disponibilização de dados em formato aberto	RENOVA	01/12/2018 – 31/07/2019	<p>Como o Marco 1 ainda não foi concluído, a Fundação ainda não tem como apresentar uma versão do Portal, mas, a priori, estará baseado no mesmo agrupamento de informações adotado para o Levantamento.</p> <p>As organizações do GT manifestaram interesse em colaborar com críticas/sugestões, dessa forma, o Sr. Willian se comprometeu em apresentar o material, numa versão inicial, na próxima reunião do Compromisso.</p>
Ações de divulgação do portal de transparência realizadas	RENOVA CGU/MI CDH-UFG	01/08/2019 – 31/07/2020	As ações deste marco serão implementadas após o lançamento do Portal
Levantamento de viabilidade para criação do repositório do conhecimento técnico científico	CASA CIVIL	01/10/2018 – 31/07/2019	<p>As atividades relativas ao marco ainda não foram iniciadas. A representante da Casa Civil, Sra. Paula Lima, avalia que é necessário apresentar o Compromisso ao Comitê Interfederativo (CIF) e discutir a possibilidade deste Comitê assumir a execução do Marco. O CIF dispõe de assessoria técnica e Secretaria Executiva, o que poderia garantir maior efetividade no desenvolvimento das ações para a estruturação/manutenção de um repositório. Paula Lima se comprometeu a levar o assunto à Reunião da CIF que ocorrerá no final de novembro. Houve mudanças no Comitê Interfederativo (CIF): entrada e saída de técnicos; alterações no Regimento Interno; e reestruturação do site. Com a mudança de governo, podem ocorrer novas mudanças na composição do Comitê e o Compromisso precisará ser reapresentado.</p>

			<p>Mais adiante, o Grupo, juntamente com a CIF, poderá discutir questões como: quais informações/dados estariam disponíveis; quem poderia acessar; atualizações; formas de disponibilização, entre outros. Destaca-se que o objetivo pensado para o marco foi o de “dar publicidade ao que já foi produzido sobre o tema”.</p>
Promoção de capacitação para gestores e técnicos dos estados e municípios atingidos sobre transparência e acesso à informação	CGU RENOVA SEGOV	01/01/2019 – 31/12/2019	<p>O marco (capacitações) já está previsto no planejamento da CGU – 2019 e será executado no âmbito do Programa de Fortalecimento da Transparência, contando com as equipes de Brasília e Minas Gerais da CGU.</p>
Promoção de capacitação para atingidos, para o monitoramento de políticas públicas e controle social em articulação com as assessorias técnicas	CGU SEGOV	01/08/2019 – 30/06/2020	<p>As capacitações voltadas aos atingidos também está prevista no planejamento da CGU – 2019 e será executado no âmbito do Programa de Fortalecimento da Transparência, contando com as equipes de Brasília e Minas Gerais da CGU. O diferencial deste marco é que se pretende articular com organizações da sociedade civil que trabalhem com as temáticas de monitoramento de políticas públicas e controle social para a realização das atividades. A perspectiva é agrupar os participantes em polos, de acordo com a proximidade (coincidindo com a distribuição do TAC: 6 regionais/ 19 Comissões Locais). Na ocasião, Letícia Aleixo manifestou que a Clínica de Direitos Humanos (UFMG) poderá replicar a capacitação junto aos atingidos, sendo que o formato desse processo deverá ser discutido, posteriormente, pelo Grupo.</p>
Oficinas de capacitação em gestão de riscos de rompimento de barragens para as prefeituras dos municípios atingidos	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	01/01/2019 – 31/12/2019	<p>Há uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB) elaborada. O documento – que é necessário para iniciar as atividades previstas no Marco – está sendo analisado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Integração. No entanto, a tramitação e as</p>

			tratativas, possivelmente, serão concluídas apenas em 2019, após a nova gestão ministerial assumir.
--	--	--	---

5) Considerações finais/Encaminhamentos:

Adenisio Alvaro, encaminhado a reunião para a sua finalização, afirmou que, ao longo do processo, o Grupo poderá identificar novos parceiros de forma a garantir que as ações de transparência de controle social sejam desenvolvidas nos municípios atingidos².

Maria Thereza complementou dizendo que o Ministério Público, assim como a Defensoria Pública da União (DPU) podem ser tidos como defensores do histórico/decisões do processo. Para além, o Grupo deve estabelecer um diálogo com os gestores estaduais, que assumirão em 2019. Atualmente, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo contam com secretarias responsáveis pelo tema – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, respectivamente.

Otávio Neves falou do Sistema Nacional de Acesso à Informação que será lançado brevemente, e que constitui uma novidade no âmbito da transparência pública e do controle social. As organizações parceiras que se envolverão com os processos de capacitação poderão conhecer as funcionalidades do sistema para que as informações cheguem aos municípios/população atingida. Willian Sarayeddin afirmou que, com a contratação de todas as organizações de assessoria, a RENOVA pensará, juntamente com elas, formas de apoiar os processos de capacitação da população atingida, considerando, inclusive, a garantia de recursos para este fim, provenientes do “Gerenciador Administrativo”.³

Por fim, Adenisio Alvaro agradeceu a todas as pessoas presentes e informou que a memória da reunião seria encaminhada a quem participou da videoconferência e às organizações que não puderam comparecer.

² Atualmente, registra-se o número de 35 municípios em Minas Gerais e 10 no Espírito Santo.

³ O Gerenciador Administrativo é um recurso previsto no TAC Governança que pode ser utilizado para as ações de gestão/administração dos programas

6) Anexo

Informações Demandas

Programas

- Histórico de atuação do programa por município.
- Ações em curso e que serão implementadas pelos Programas por município
- Ações dos PGs individualizadas, principalmente informações sobre Cadastro, PIM e AFE.

Compras

- Lista das empresas locais do município que já foram contratadas e com contratos ativos.
- Do total contratado para serviços/produtos no município, valor destinado para empresas locais.
- Valor contratado no município por categoria de serviços/produtos.
- Indicação das concorrências que serão abertas.

Financeiro

- Valor investido por programa nos municípios atingidos.
- ISS arrecadado por município.
- Repasse para assessorias técnicas.
- Custo administrativo consolidado da Renova.

Mão de Obra

- Acompanhamento da evolução dos índices de contratação de mão de obra direta e indireta, por município.
- Divulgação prévia das vagas.

Canais e Ouvidoria

- Manifestações e registros por município, segmentadas por temática.

